

ESPACIALIDADE URBANA VIVENCIADA: SENTIDOS, INTERPRETAÇÕES E RESSIGNIFICADOS

EXPERIENCED URBAN SPATIALITY: SENSES, INTERPRETATIONS AND NEW MANING

ESPACIALIDAD URBANA EXPERIMENTADA: SENTIDOS, INTERPRETACIONES Y (RE)SIGNIFICADOS

André de Souza Silva, Doutor em Planejamento Urbano e Regional, UNISINOS.

E-mail: silandre@unisinós.br

Julian Grub, Doutor em Arquitetura, UNISINOS.

E-mail: juliang@unisinós.br

Felipe Ferla da Costa, arquiteto e urbanista, UNISINOS.

E-mail: felipe-ferla@hotmail.com

Resumo

Pessoas tendem a interpretar o contexto socioespacial por onde se movimentam ou permanecem, seja ele tanto natural ou antrópico como positivo ou negativo. Tal sentido de afeição e aversão denota a condição de atribuir significado e interpretar qualidades espaciais intrínsecas. A presente pesquisa tem por objetivo compreender o movimento e o senso de permanência das pessoas no espaço urbano a partir da reflexão acerca

dos sentidos de consonância e dissonância espacial urbana, respectivamente. De cunho qualitativo-analítico, o método de pesquisa investiga a temática por meio de autores centrados na discussão em torno do espaço, lar e lugar. Os resultados sugerem que os espaços das cidades são repletos de condicionantes em potencial, cujos significados denotam o sentido de lar e lugar a diferentes pessoas.

Palavras-chave: Lugar; Espaço urbano; Movimento de pessoas; Espacialidade; Lar.

Abstract

People tend to interpret the socio-spatial context in which they move or remain, whether natural or anthropic, as positive or negative. Such a sense of affection and aversion denotes the condition of attributing meaning and interpreting intrinsic spatial qualities. The present research aims to understand the movement and the sense of permanence of people in the urban space from the reflection on the meanings of urban spatial consonance and dissonance respectively. With a qualitative-analytical nature, the research method investigates the theme through authors focused on the discussion around space, home and place. The results suggest that city spaces are full of potential constraints that tend to assign meaning that denote the sense of home and place to different people.

Keywords: Place; Urban Space; Movement of People; Spatiality; Home.

Resumen

Las personas tienden a interpretar el contexto socioespacial en el que se mueven o permanecen, ya sea natural o antrópico, como positivo o negativo. Tal sentido de afecto y aversión denota la condición de asignar significado y interpretar cualidades espaciales intrínsecas. La presente investigación tiene como objetivo comprender el movimiento y el sentido de permanencia de las personas en el espacio urbano a partir de la reflexión sobre el significado de acuerdo y desacuerdo espacial respectivamente. Con una naturaleza cualitativa-analítica, el método de investigación investiga el tema a través de autores centrados en la discusión sobre el espacio, el hogar y el lugar. Los resultados sugieren que los espacios de la ciudad están llenos de posibles limitaciones que tienden a asignar un significado que denota el sentido de hogar y lugar para diferentes personas.

Palabras clave: Lugar; Espacio urbano; Movimiento de personas; Espacialidad; Casa.

INTRODUÇÃO

Produto das relações socioespaciais e condicionados por características culturais, políticas, econômicas, históricas e ambientais, os espaços, sejam naturais ou antrópicos, tendem a ser interpretados pelas pessoas que os vivenciam como lugares positivos ou negativos (TUAN, 1990). Por estarem associados ao aspecto de apropriação e uso, lugares são aqueles que invariavelmente são vivenciados por quem os produz direta ou indiretamente. Tal condição descrita nesta pesquisa pelos conceitos de consonância e dissonância espacial urbana denotam os variados vínculos e reações singulares provenientes da interação entre as pessoas e o contexto espacial. Mediados por esses dois conceitos opostos, porém complementares, a ideia de percepção e interpretação espacial, no sentido da condição de atribuir significado e compreender as qualidades socioespaciais, contribui para que as pessoas desenvolvam o senso de pertencimento (consonância) ou não pertencimento (dissonância) para com lugares e espaços, respectivamente. Cabe destacar que nesta pesquisa será adotada a diferenciação entre lugar e espaço postulada por Tuan (1983, p. 83): “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Determinado espaço genérico, por vezes intangível, racional e objetivo se torna um lugar específico, repleto de subjetividades e simbolismos, na medida em que é experienciado e vivenciado (TUAN, 1983, p. 19). Lugares possuem características singulares dentro do espaço, “[...] são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo”, corrobora Santos (2006, p. 212).

A pesquisa, de cunho qualitativo-analítico, foi realizada por meio da investigação da temática e a revisão bibliográfica de autores de acordo com a fundamentação conceitual adotada. Com base na releitura de conceitos postulados por Tuan (1983) e autores que o corroboram, a presente pesquisa tem por objetivo discorrer a respeito da noção de consonância e dissonância espacial urbana, de modo a compreender a influência dos elementos que constituem o tecido urbano no sentido de (não) pertencimento, movimento e permanência das pessoas em determinados espaços e lugares da cidade.

MOBILIDADE PEATONAL

Intrínseca à natureza humana, a mobilidade peatonal é o modo de deslocamento mais natural exercido por pessoas. Pelo fato de necessitar apenas de um ambiente adequado para tal, a mobilidade peatonal corresponde ao principal modo de movimento praticado por todas as sociedades (GHIDINI, 2015). Visto que é a partir do movimento de pessoas para e por entre espaços que elas percebem, concebem e vivem estes locais (LEFEBVRE, 2006), a mobilidade peatonal invariavelmente estabelece a “imagem” das cidades, ou seja, seu valor “cenográfico” como local onde certa realidade se faz presente (GHIDINI, 2015, p. 3).

Como atividade de caráter complexo e de certo modo randômico, a mobilidade urbana contemporânea, em particular a peatonal é, em diversos aspectos, a imagem contundente de uma época na qual informações de natureza

simultaneamente diversa e contraditória transitam sem barreiras aparentes em espaços ora artificiais, ora naturais. Tal fenômeno remete invariavelmente a explicações voltadas a questões relativas à pluralidade, ao rompimento de padrões (sejam eles sociais, políticos, culturais ou econômicos) e, principalmente, ao fato de que a própria definição de uma ou mais verdades, sejam elas absolutas ou idealizadas independente da área do conhecimento, é transitória, ou seja, um padrão constante de mudança.

A mobilidade peatonal, independentemente do ponto de origem ou do destino é uma experiência que abrange desde qualidades estéticas e sensoriais de um lugar específico até aquelas relacionadas ao modo como o lugar se criou e se desenvolveu a partir de prerrogativas analíticas. Trata-se de uma ação de entrar em contato com outras pessoas a todo e a qualquer momento. Estabelece uma relação que pode ser recíproca ou não sem qualquer tipo de aviso prévio, independente se tais são ou não conhecidas. A qualquer instante no espaço urbano, contatos podem ser iniciados, desenvolvidos e finalizados entre pessoas de diferentes e contraditórias intenções de modo praticamente proposital ou involuntário. Diferentemente de um conjunto de padrões informacionais pré-estabelecidos em constante reiteração, tal estrutura é estocástica.

Outro aspecto importante a ser considerado é o senso de permanência das pessoas no espaço (SILVA; TERIBELE, 2019). Edificações e espaços públicos desempenham importantes relações como pontos de encontros casuais ou intencionais. A maioria das atividades de permanência (estacionárias) são de natureza funcional, predominantemente breves, influenciadas pelo ambiente físico ou por circunstâncias momentâneas (GEHL, 1987, p. 148).

A RESSIGNIFICAÇÃO DO SENTIDO DE ESPAÇO, LAR E LUGAR

O entendimento da mobilidade peatonal está invariavelmente relacionado ao modo como as pessoas percebem, concebem e vivenciam seus espaços. Perceber um espaço é interpretá-lo como algo pertencente ao cotidiano e à rotina diária de um conjunto específico de pessoas. Conceber um espaço é criá-lo a partir de processos analíticos e racionais, como vivenciar um espaço é produzi-lo e utilizá-lo por meios criativos e derivados da imaginação particular (LEFEBVRE, 2006). Portanto, a prática espacial em si está ligada ao modo como as pessoas percebem seu espaço em um nível diário e relativo a sua rotina como integrantes de seu meio particular. Tal processo de reflexão pautado no cotidiano é análogo à prática espacial como descrita por Lefebvre (2006). O espaço produzido e a mobilidade peatonal resultante dele é o produto de um procedimento específico de percepção do meio onde as pessoas se encontravam e suas necessidades imediatas (LEFEBVRE, 2006, p. 36). A percepção nesse caso em particular é associada a produção de conceitos específicos, na medida em que perceber um espaço é pensá-lo por meio de conceitos variados que o expliquem e lhe garantam determinado sentido (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 13). Juntamente com essa compreensão socioespacial e seus fenômenos resultantes, isto é, a mobilidade

peatonal praticada, tal discernimento do espaço está subordinado ao modo como as pessoas percebem sua realidade como um todo.

O aspecto sensorial e perceptivo do espaço e a respectiva mobilidade peatonal que ele delimita foram elaborados de modo mais significativo no século XVIII por Immanuel Kant. Para Kant, “o espaço não é mais do que a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade, única que permite a intuição externa.” (KANT, 2001, p. 92). O espaço é o elemento que, diferentemente de ser passível a experiências, propicia dimensão àquilo que as pessoas percebem seja em um nível físico ou abstrato. Tal definição de espaço, como um meio que pode ser compreendido a partir de sua percepção e não em termos estritamente analíticos, é relacionado com o modo como Kant define o movimento. Segundo o autor, “o movimento de um objeto no espaço não compete a uma ciência pura e, portanto, não pertence à geometria; só pela experiência, e não *a priori*, se pode conhecer que algo seja móvel” (KANT, 2001, p. 181). Os estudos de Kant (2001) provaram-se de grande influência para pesquisas posteriores acerca das temáticas relacionadas à espacialidade e ao movimento.

Tais significantes e conceitos de espaço e, conseqüentemente, de movimentos originários de um raciocínio voltado a características estruturais foram trabalhados de modo mais aprofundado no século XIX por diferentes geógrafos, visto que, em termos arquitetônicos, urbanísticos e artísticos em geral, o conceito de espaço e movimento nessas áreas passou a fazer parte importante da teoria delas apenas no período correspondente à passagem para o século XX (AGUIAR, 2006, p. 76). A espacialidade e o movimento nele contido, no caso específico da geografia (e da ciência como um todo) são produzidos socialmente como representações de espaço, ou seja, são ordenados a partir de toda uma linguagem particular à ciência e seus signos de hierarquização. Como descrito por Lefebvre (2006), o processo de representação de espaço e de sua respectiva mobilidade peatonal, diz respeito a uma ação por parte das pessoas de o conceber, segundo necessidades racionais e analíticas (LEFEBVRE, 2006, p. 36), por meio de sistemas discursivos e de proposições compreensíveis de uma determinada realidade.

Dois geógrafos em particular, cujas ideias acerca do espaço são simultaneamente opostas e complementares, definiram de modo decisivo o pensamento no final do século XIX: Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. Friedrich Ratzel (*apud* Martins, 2001) desenvolveu suas ideias acerca do espaço a partir da política e do meio natural, influenciando respectivamente o desenvolvimento da geopolítica e do determinismo geográfico. Em toda a sua obra, o “sentido do espaço” (Raumsinn), ou seja, um conjunto de explicações mais aprofundadas do espaço que compreenda categorias além da simples descrição física é o conceito fundamental de seu pensamento (MARTINS, 2001). Segundo Ratzel (*apud* MARTINS, 2001), o ser humano possui uma base indispensável para sua vida, o chamado “espaço vital” (*Lebensraum*), sendo que os demais “espaços” em sua existência devem ser conquistados conforme seu “espaço vital” for se tornando limitado e inadequado para sua vivência, seja ela física ou política.

Diferentemente de Ratzel, cujas ideias de causas e efeitos estão invariavelmente pautadas na natureza (deterministas), ou seja, na interação das pessoas com o meio (*apud* SOUZA, 2014, p. 156), para Paul Vidal de La Blache, tais fenômenos são de caráter social, na relação entre as pessoas em si e, como essas, estando na atribuição de causas, modificam a natureza para seus fins particulares. Segundo

La Bache, pessoas são um componente intrínseco da geografia terrestre, sendo, portanto, impossível separar o meio natural do social; e o espaço seria, então, um meio onde esses dois elementos existem e coabitam em sua pluralidade. O movimento seria um elemento de caráter amplamente relacional entre aquele que o pratica (a pessoa) e o meio onde o movimento é praticado (a natureza), diferentemente de um ato que implique a sobrevivência em níveis diversos.

Na sociedade moderna, o espaço tornou-se sinônimo de *performance*, eficiência e trabalho por meio de uma função específica. Para Bachelard (1993) os valores atribuídos aos espaços habitados devem nascer dos afetos e desejos. O pertencimento, a proteção, o resguardo e o acolhimento são alguns dos sentimentos que atribuem sentido e favorecem a existência de agrupamentos, comunidades e sociedades. Assim, o resgate da memória afetiva do lar torna-se um importante dispositivo de aceitação ou negação sobre um determinado espaço. Em Bachelard (1993), o lar abriga o devaneio, protege o sonhador e o permite sonhar em paz. É o primeiro mundo do ser que habita. O valor do lar está no fato de hospedar, acolher o ser, a necessária proteção à vida. Para Bachelard (1993), o afeto sobre os espaços (da cidade em específico) está ligado à imagem familiar, reforçando o caráter identitário e o sentimento de segurança pelo resgate da memória por meio da ideia de lar.

Tuan (1983) afirma que por meio do lar se adquire uma proximidade, uma ligação afetiva da relação para com o espaço. Assim, pela experiência espacial do lar se passa da ideia de espaço (tridimensional) para a ideia de lugar (emocional). Logo, o espaço transforma-se em lugar na medida em que é experienciado dotando-o de valor (TUAN, 1983). Os atributos encontrados no lar têm como característica a ideia de pausa, confere segurança e é a referência e o ponto de parada.

Para Tuan (1983), a experiência pode acontecer por vários caminhos – direta e indireta, sempre mediada por símbolos. A experiência em forma de intensidades numa relação espaço/tempo acontece a partir da escala vivida e do tempo demandado para tal contato. A principal ferramenta da experiência como forma de conhecimento é aquela vivenciada pela pessoa por meio dos sentidos – tato, paladar, olfato, audição e visão.

A maioria das atividades humanas são propositais e não afetivas (TUAN, 1983). Espaços são delimitados (propostos e construídos) para alcançar uma determinada finalidade. Assim, inconscientemente espaços são interpretados com um fim funcional. Observa-se isso nos hábitos diários das pessoas, que procuram repetir padrões de movimentos cotidianamente. O espaço tornou-se base para essa execução de “tarefas diárias”. Repetidamente, o espaço resulta do hábito do movimento. A relação temporal entre passado, presente e futuro perde-se nesses movimentos diários centrados no trabalho.

Segundo Tuan (1983), se o espaço e o tempo são controlados numa ação planejada e intencional de movimentos funcionais recorrentes, a experiência torna-se restrita, pois não se constrói novos significados por meio de novos movimentos necessariamente. O autor cita que as pessoas devem buscar por mecanismos que ativem a subjetividade, cujo deslocamento tenha um propósito consciente, fazendo com que o objetivo final perca relevância ativando uma relação afetiva e emocional.

Para Tuan (1983), novos usos e interpretações devem resgatar o tempo histórico, retomando a memória, a ideia de origem, de um passado referencial, identitário e reconhecível. O conceito de lugar corresponde ao mundo de significados sensíveis e estáveis. Por vezes, flunar é o elemento que faz a conexão dos caminhos, em que deslocar-se é o componente que atribui sentido e sentimento aos espaços. Paradoxalmente, o novo e o desconhecido fazem parte da ideia de lugar. Associar a imagem de mobilidade com a sensação de lugar, logo, torna-se um desafio, é o movimento no lugar que denota afeto.

A partir do movimento das pessoas como forma de experiência sensorial, não se constrói por completo sentimentos de pertencimento, pois o movimento não confere tempo suficiente para conhecer um lugar, mas sim a permanência. A experiência não deve ocorrer pela qualidade visual do instante, mas vivenciada ao longo do tempo. Apenas pelo tempo prolongado percebem-se as mudanças e os acontecimentos que definem e atribuem sentido ao lugar.

O conceito de lar não pode resumir-se apenas a uma casa (localizada no espaço privado), mas pode ser representada em diversos lugares e situações por meio dos vínculos e circunstâncias com que o espaço é habitado. Elementos de infraestrutura como uma ponte ou um viaduto podem transformarem-se em lar por meio da forma de ocupação e a maneira como esses espaços são interpretados. Logo, a experiência espacial por meio dos sentidos torna-se elemento base na concepção dos espaços, refletindo nas questões emocionais e de significado.

Os espaços abertos da cidade devem ser acessíveis a todos, um forte elemento de (re)significação, que traz em si o sentimento de abrigo e afeição, a exemplo da casa postulada por Bachelard (1993). A categoria específica de espaço que, devido ao fato de dispor de sentido, estabelece uma orientação específica por demarcar onde o espaço e a pessoa estão, recebe o nome de lugar (CAVALCANTE, 2011, p. 92). O lugar, mais do que um ponto isolado entre outros com atributos semelhantes ou divergentes, “[...] é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2006, p. 213), ou seja, um lugar está sistematicamente em contato com todos os demais lugares, portanto, a diferença entre lugar e mundo é tênue (SOUZA, 2006, p. 175). “Devido a essa diferença sutil e às contradições inerentes, o lugar em si é uma reprodução destas discrepâncias” (SOUZA, 2006, p. 172), pois cada lugar para cada pessoa representa algo distinto, tendo em consideração seus sentidos individuais.

Levando em consideração o fato de que cada lugar possui um significado particular para cada pessoa que dele se utiliza, e que, esses mesmos lugares estão em contato com outros de características que podem ser tanto semelhantes quanto divergentes, um lugar pode ser atrativo ou hostil. Isto é, um lugar, por exemplo um beco em um espaço urbano, representa para determinado grupo de pessoas um local de acolhimento, intimidade e confraternização, como para outro grupo esse mesmo local pode ser interpretado como um de pouca segurança, receptividade e de apreensão. O lugar é um espaço que é objetivo por ser de características físicas mensuráveis (altura, largura, comprimento etc.), mas também subjetivo, devido ao fato de que o lugar é de entendimento relativo à percepção individual das pessoas, ou seja, ser atrativo (filia) e/ou desagradável (fobia) está de acordo com as capacidades sensitivas da pessoa.

De um modo geral, as pessoas possuem um conjunto de relações específicas com o seu meio, seja ele natural ou antrópico. Essas relações e a origem delas incluem não apenas fatores, como aqueles relativos a práticas culturais ou políticas (costumes e ideologias, respectivamente), mas também os que dizem respeito aos sentidos humanos (tato, olfato, visão, audição e paladar) e às alterações trazidas ao longo da história (mudanças no ambiente e nos costumes das pessoas).

Como elemento comum a esses fatores (culturais, políticos, sensoriais e históricos), a relação entre determinada pessoa e o meio é invariavelmente oriunda da experiência direta. Portanto, as características relativas ao vínculo que uma pessoa mantém com certo espaço são delimitadas por sua presença e atuação no mesmo, sendo definidas por sua percepção, atitude e visão de mundo particular. Segundo Tuan (1990), o conceito de percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos quanto a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem. Já o conceito de atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo, ao passo que a visão de mundo seria a experiência conceitualizada, parcialmente pessoal, em grande parte social (TUAN, 1990).

ESPACIALIDADE (DES)CONSTRUÍDA E O SENTIDO DE CONSONÂNCIA E DISSONÂNCIA ESPACIAL URBANA

A produção de espacialidades por parte das pessoas existe tanto se o meio onde elas são é o natural ou o socialmente elaborado (antrópico). A ideia do espaço aberto ao público deve ser desconstruída no seu entendimento atual, no qual o fragmento venha a tornar-se extensivo em outras formas de ocupação, possibilitando espaços de efetivo papel social, qualidades ambientais e comportamentais distintas e cambiáveis (BACHELARD, 1993). Espaços da cidade como potência de (des)construção de usos, mas principalmente de significados, propiciam novos sentidos ao espaço urbano. A (des)construção evidencia como o espaço delimitado por barreiras (por exemplo, muros e edificações) pode ser redimensionado como espaço da transgressão, voltado principalmente ao plano social.

Para Solis (2012), o termo desconstrução do espaço independe da percepção da pessoa. A desconstrução desloca, disjunta e desarticula. A partir de uma visão semântica, desconstruir é criar inúmeras e infinitas imagens metafóricas, multiplicando as possibilidades de novos significados. Sobre a desconstrução dos espaços no sentido de se tornar familiar, Bachelard (1993) postula a ideia do devir, da transformação constante em que mais vale viver no transitório e ideal do que no definitivo e real.

A interpretação de determinado lar ou lugar em um nível particular por parte da pessoa a partir de sua percepção, atitude e visão de mundo está invariavelmente associada a outros lares e lugares, isto é, a partir da experiência direta de locais diversos e o deslocamento nesses lugares realizado pela pessoa é que seu entendimento pode variar (HOLZER, 1999). Levando em consideração essa afirmação, os diferentes níveis de consonância e dissonância espacial urbana existentes entre determinada pessoa e variados lares e lugares são relativos também à sua memória, ou seja, como ela interpretou certo lar e lugar em

determinado período ou como algum lar e lugar lhe aparenta ao se encontrar em um alheio a ele.

Assim como a consonância espacial urbana diz respeito à relação de determinada pessoa com um lar e lugar em uma categoria que pode ser descrita como positiva, é possível que tal relação exista em um nível oposto ou mesmo inexistente, isto é, a dissonância espacial urbana corresponde a um tipo de relação negativa ou indiferente entre uma pessoa e um lar e lugar. Ao passo que a consonância espacial urbana abrange os aspectos referentes à relação profícua entre uma pessoa e um lar e lugar, tal situação nem sempre é aquela predominante entre pessoas e espaços; em outras palavras, é possível que exista uma certa dissonância entre as partes. Assim como a consonância, a dissonância espacial urbana tem procedência de seus mesmos fatores, ou seja, é oriunda de características culturais, políticas, sensoriais e históricas existentes tanto em um nível individual quanto coletivo derivadas de aspectos que estimulam o não pertencimento (TUAN, 1990). O sentimento relativo à discordância (dissonância espacial urbana) seria então definido como um conjunto de “experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão” (RELPH, 1979, p. 20), em oposição ao da concordância (consonância espacial urbana) que “é um sentimento direcionado para o lar, para o que é confortável, detalhado, diverso e ambíguo sem confusão e tensão [...]” (RELPH, 1979, p. 19).

Em termos contemporâneos, o sentimento de dissonância espacial urbana por parte das pessoas em relação aos diferentes espaços pode ser proveniente de uma série de aspectos relativos com relação às suas formas e às suas funções (NETTO, 2006). Quarteirões estruturados por edificações afastadas entre si e do alinhamento da calçada, construções com fachadas ou muros não permeáveis voltados para vias áreas constituídas funcionalmente por uma única atividade, praças ou parques sem uma infraestrutura apropriada (iluminação, acessos, equipamentos urbanos) etc., contribuem, atualmente, para a dissonância espacial urbana por parte das pessoas.

Juntamente com essas características formais e funcionais presentes no espaço urbano contemporâneo, é importante ressaltar o fato de que esse espaço tende a se constituir e se reconfigurar de modo constante a partir de novos e intrincados processos sociais, que de diferentes maneiras podem diminuir a relação das pessoas com o seu meio socioespacial. Esse distanciamento das pessoas entre si e de suas experiências, pensamentos e ideias, sistematicamente as estimulam a afastarem-se ou mesmo ausentarem-se por completo de determinados locais. Como resultado de tal fenômeno, pode-se argumentar que a realidade urbana se torna, assim, uma experiência muito menos variada, seja em termos interpessoais ou urbanísticos/edificados.

Levando em consideração esses aspectos, sejam relativos aos constituintes sociais ou edificações e espaços públicos contemporâneos, é importante notar que independente de apresentar determinadas qualidades negativas, em última instância é a interpretação individual da pessoa que define se determinados locais são atrativos (concordância) ou não (discordância) para ela. Portanto, é compreensível, por exemplo, que determinadas pessoas se sintam atraídas por praças ou parques de infraestrutura precária devido ao fato de que possam ter

algum significado afetivo profundo para elas devido a algum acontecimento passado ou presente (TUAN, 1990).

Os conceitos relativos à consonância e à dissonância espacial urbana, como percorridos até o momento, dizem respeito às interpretações particulares de cada pessoa sobre espaços distintos a partir de suas prerrogativas próprias (a percepção, a atitude e a visão de mundo). Juntamente com essas interpretações atinentes às respostas emocionais e intuitivas das pessoas em relação a ambientes diversos, as respostas estão ligadas às capacidades interpretativas específicas de cada pessoa em um nível espacial analítico.

Ao passo que a percepção, a atitude e a visão de mundo de determinada pessoa (seus aspectos emocionais) estiver em correspondência com os aspectos analíticos do espaço, o sentimento resultante será o de consonância espacial urbana. Entretanto, se os aspectos emocionais da pessoa não estiverem em concordância com os aspectos analíticos de determinado local, ou seja, quando suas crenças e experiências privadas estiverem em desacordo com uma realidade tangível, não compreensível espacialmente, o sentimento resultante será o da dissonância espacial urbana. A dissonância espacial urbana influencia a rejeição da pessoa a determinados espaços e lugares para que ela se direcione a outros mais convenientes a suas prerrogativas pessoais. Tal dissonância espacial urbana, por defrontar expectativas com realidades não congruentes entre si, estimula a pessoa a se adaptar ou a intervir nesses espaços e lugares (FESTINGER, 1957).

Em ambientes urbanos contemporâneos, esses três tipos de posturas para com um espaço dito dissonante podem ser exemplificados pelas reações individuais causadas por fenômenos tais como a inserção de edificações e espaços públicos de forma ou função não correspondente ao local onde foram dispostos (GEHL, 1987).

A mudança e/ou a renúncia completa para com um lugar pode ser proveniente da adição de novas edificações e espaços públicos em um local de características já estabelecidas. Contudo, a retirada ou falta de determinadas edificações e espaços públicos, cujas características já são familiares às pessoas, também é um fator determinante para a dissonância espacial urbana.

DO ESPAÇO AO LUGAR: ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS SENTIDOS DE CONSONÂNCIA E DISSONÂNCIA ESPACIAL URBANA

De natureza aplicada, o método proposto possui caráter qualitativo-interpretativo de análise subjetiva do técnico observador, porém suficientemente embasada nos conceitos de consonância e dissonância espacial urbana em termos da relação interpretativa atribuída ao espaço, lar e lugar. A título de experimentação da aplicação prática dos conceitos elencados numa determinada realidade vivenciada, as análises do estudo de caso seguem, de certo modo, narrativas etnográficas, devido ao caráter qualitativo, analítico e interpretativo proposto. Trata-se, aqui, de enunciar o objeto de análise como pretexto, cujo interesse está nas nuances da *promenade*, no flunar ao nível térreo da edificação e nas observações decorrentes do contexto. Desse modo, são realizadas as aproximações com as dimensões subjetivas individuais nas espacialidades internas e externas à Casa Mário Quintana, uma vez que são elas que explicam as

consonâncias e dissonâncias espaciais urbanas e, portanto, o nível de atratividade e/ou rejeição ao local.

Para delimitar o objeto de análise tem-se em vista o foco no espaço e em seu movimento relativo como forma de interpretar a realidade observada. Tomada como objeto de estudo, a Casa de Cultura Mário Quintana, um dos espaços culturais mais importantes do centro de Porto Alegre, localizada entre as Ruas Sete de Setembro e Andradas (Figura 1). Sua localização próxima a edificações e espaços públicos sugere simbolicamente, historicamente e socialmente um local cuja consonância e a dissonância espacial urbana atuam em particular proporcionalidade.



Figura 1: Entorno imediato à Casa de Cultura Mário Quintana. Fonte: Google Maps.

Caracterizado em si como uma edificação reapropriada para um uso não previsto inicialmente em sua concepção original (antigo Hotel Majestic que, durante anos, foi o lar do poeta Mário Quintana), ainda assim a edificação sugere uma interpretação direta, devido a suas características analíticas aparentes de inteligibilidade espacial urbana. Entretanto, seu entorno não é necessariamente de permanência prolongada, o que estimula a dissonância espacial urbana para com as pessoas em termos de elas se deslocarem para outros locais mais atrativos. Essa sensação de não pertencimento e de dissonância espacial urbana, por vezes causada pelo entorno imediato da edificação, varia de acordo com as prerrogativas particulares de cada pessoa.

A edificação (Figura 2) possui um átrio central que a atravessa tanto no sentido vertical quanto no sentido horizontal ao nível térreo. Tal percurso qualifica e transforma o espaço em lugar, disponibilizando às pessoas tanto a permanência no local quanto o deslocamento entre a Rua dos Andradas e a Rua Sete de Setembro. Trata-se de uma sucessão de espaços inteligíveis num eixo sequencial de movimento. Consiste num percurso que cumpre tanto o papel de marcar e

direcionar um eixo de deslocamento quanto de dinamizar a ocupação estacionária, ou seja, o senso de permanência. Estabelece limites e passagens, cujo arranjo espacial distribuí e condiciona tanto o movimento quanto a permanência. Seu caráter público estimula nas pessoas um engajamento maior com tal lugar e suas prerrogativas particulares. Tais características sugerem um local cuja espacialidade é de acesso imediato e convidativo a todos, pois o lugar propicia às pessoas um senso de pertencimento e de interpretação direta, por vezes transpondo para o sentido de lar. Como a apropriação do espaço pelas pessoas em permanência transcorre num período maior de tempo (do que seria se simplesmente estivesse se deslocando), se presume que a ocupação estacionária do átrio central disponibiliza atrativos e condições particulares de conforto.



Figura 2: Vista da Casa de Cultura Mário Quintana a partir da rua dos Andradas. Fonte: Google Maps.

Notoriamente, a proximidade com a Rua Sete de Setembro e Rua dos Andradas, caracterizadas por seus estabelecimentos voltados tanto à permanência quanto à passagem, incita tais atividades por parte das pessoas que por ali se deslocam. Nesse contexto, é notável que a Rua dos Andradas apresente estabelecimentos comerciais em seus térreos e habitacionais nos demais pavimentos, que contribuem para a citada dualidade de consonância e dissonância espacial urbana, ou seja, permanência e passagem de pessoas por sua extensão em níveis semelhantes. Entretanto, em determinados dias da semana e em horários específicos (finais de semana e horários não comerciais), o entorno imediato da área se torna inóspito, o que estimula as pessoas à passagem e não à permanência, ou seja, sentimentos de dissonância espacial urbana.

Diante disso, a característica histórica que constitui a Casa de Cultura Mário Quintana contribui para com um sentimento de tempo e espaço, lugar e lar em específico. Tal sentimento, mesmo que não manifestado de forma palpável pelas pessoas que ali permanecem ou estão de passagem, agrega à edificação em si um

valor diferente daquele presente em outras edificações e espaços abertos públicos de seu entorno, ou seja, um senso de história coletiva da cidade. O vínculo da edificação com uma narrativa maior que aquela de seus habitantes em um nível individual, propicia um tipo de consonância espacial urbana compartilhada que está além da sensibilidade particular de cada pessoa.

A Casa de Cultura Mário Quintana é emblemática na medida em que permite às pessoas, por meio do átrio central, a articulação com o espaço aberto público de seu entorno imediato. É essa ordenação espacial, não a relação subserviente à sua condição estética e funcional, que atribui ao átrio central a necessária envolvente construída pela qual pessoas se movimentam e interagem. Tais condições e efeitos gerados pelo átrio central, como de descontinuidade e continuidade, de distanciamento e aproximação, de obstrução e permeabilidade física e visual, de segregação e agregação, de passagem e permanência, dentre outros, diante de um cenário pictórico e de descobertas, orienta espacialmente os encaminhamentos e os pontos focais de interesse e percepção visual.

Para além dos aspectos tão somente normativos, compositivos, construtivos e funcionais, a Casa de Cultura Mário Quintana possui efeitos socioespaciais passíveis de análise a partir dos conceitos de espaço e lugar em termos de consonância e dissonância espacial urbana, uma vez que possibilita reflexões a partir da vida cotidiana como a interface entre o coletivo e o individual (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 2006). Cabe destacar que a vida cotidiana é de recorrências e excepcionalidades, de rupturas no âmbito da dimensão social da cidade, ou seja, a possibilidade de atribuição de significados novos aos espaços é indissociável das relações sociais. Algumas determinações sociais mais amplas incluem aspectos simbólicos e valorativos sobre espaços urbanos específicos e genéricos, como estigmas que afetam as avaliações subjetivas de concordâncias (consonância), muitas vezes independentes das vivências pessoais e diretas dos indivíduos, influenciando em contraponto, portanto, as discordâncias (dissonância).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de interpretação apresentado na pesquisa traz a reflexão necessária sobre paradigmas, postulados, métodos e teorias em torno dos processos de observação e experiência, em específico as premissas da relação entre espaço e lugar.

Compreender a mobilidade peatonal diretamente relacionada ao modo como as pessoas interpretam, criam e utilizam o espaço consiste num sistema complexo de análise. A espacialidade advém da necessidade das pessoas se apropriarem do lugar, sendo que tais relações com esta, por exemplo, o movimento de pessoas, são estabelecidas e modificadas ao longo do tempo. A pesquisa analisou a mobilidade peatonal contemporânea a partir de princípios conceituais caracterizados respectivamente por seu caráter vinculado às realidades espaciais cotidianas.

Espaços, lares e lugares são atribuições de significados que visam estabelecer uma aproximação com a realidade vivenciada a partir da experiência sensorial de inteligibilidade espacial urbana. Parâmetros e atributos capazes de descrever e interpretar tais significados são necessários na medida em que é possível diferenciar o nível de consonância e dissonância espacial urbana de espaços e lugares, respectivamente.

O sentido de consonância e dissonância espacial urbana (afeição e/ou aversão) ao lugar é estabelecido e cada pessoa interpreta tais edificações e espaços abertos públicos de acordo com a sua experiência e expectativa. É fundamental considerar que essa condição pode conter ressignificações, provenientes da memória afetiva, em razão do constante processo de se deparar com uma circunstância cotidianamente.

Independentemente do quanto um determinado espaço possui a capacidade de se transformar num lugar, o importante é compreender que a subjetividade traz consigo a possibilidade de a cidade ser constantemente reinterpretada. O que em dado momento é um espaço dissonante e pode transformar-se em um lugar consonante, pois foi ressignificado a partir das novas perspectivas de percepção.

A partir do estudo de caso referente à Casa de Cultura Mário Quintana e seu entorno imediato, foi possível notar várias das características citadas, ou seja, locais onde aspectos interpretativos de consonância e dissonância espacial urbana atuam, sugerindo assim que locais de permanência e passagem podem atuar conjuntamente. A presença simultânea desses aspectos pode variar, visto que as categorias primeiramente estabelecidas, ou seja, a inteligibilidade espacial urbana e sua eventual consonância e dissonância espacial urbana de acordo com a interpretação subjetiva individual, pode alternar de pessoa para pessoa, tornando amplo o ato de passagem ou permanência na área relativa ao estudo de caso e seu entorno. Os locais abordados, devido às suas condições como espaços que podem invariavelmente tornarem-se lugares ou manterem-se como espaços por suas qualidades de consonância e dissonância espacial urbana (afeição ou aversão), estão abertos a experiências e entendimentos individuais daqueles que por esses mesmos locais os utilizam, seja pela primeira vez ou de modo periódico.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. V. Espaço, corpo e movimento: notas sobre a pesquisa da espacialidade na arquitetura. **Arquitexto**, n. 8, 2006. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_8/8_Douglas%20Vieira%20de%20Aguiar.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- CAVALCANTE, M. B. O lugar no mundo e o mundo no lugar: A geografia da sociedade globalizada. **Cadernos de Geografia**, v. 12, n. 40, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16506/9215>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.
- FESTINGER, L. **A Theory of Cognitive Dissonance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.
- GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.

- GHIDINI, R. Acessibilidade, autonomia, sociabilidade e habitabilidade como elementos estruturantes da mobilidade peatonal. **Mobilize**, 2015. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/elementos-estruturantes-da-mobilidade-peatonal.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, ano IV, n. 7, p. 67-78, 1999.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- LEFEBVRE, H. **A produção social do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.
- MARTINS, L. L. Friedrich Ratzel. **GEOgraphia**, v. 3; n. 5, p. 89-91, 2001. DOI 10.22409/GEOgraphia2001.v3i5.a13402.
- NETTO, V. M. **O efeito da arquitetura**: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/290>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SILVA, A. S.; TERIBELE, A. Dinâmica do Movimento de pessoas e copresença: passagens e permanências. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 19, n.1, p. 62-78, 2019. DOI 10.5935/cadernosarquitetura.v19n1p62-78.
- SOLIS, D. **Jacques Derrida e a arquitetura**. 1.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- SOUZA, M. D. A Filosofia na Antropogeografia de Friedrich Ratzel. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 42, p. 155-168, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/6466/6745>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- SOUZA, M. A. A. A geografia da solidariedade. **Geotextos**, v. 2, n. 2, p. 171-178, 2006. Disponível em: DOI 10.9771/1984-5537geo.v2i2.3042.
- TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN, Y. F. **Topophilia**: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values. New York: Columbia University Press, 1990.